

Mariana Paterna Dias* e
Joaquim Luís Coimbra**

Uma ruidosa omissão sobre uma revolução silenciosa: educação e formação de adultos na comunicação social em Portugal

A presente comunicação assume o objectivo de análise da adesão dos cidadãos portugueses às iniciativas de qualificação escolar e profissional, aprendentes que, outrora de costas voltadas com a Escola, permitiram-se agora retomar os seus percursos de (re)aprendizagem, nas diversas ofertas de qualificação existentes no nosso país. Efectivamente Portugal é o segundo país a nível mundial que mais cresceu a nível educativo contudo não deixamos de estar bastante abaixo a nível europeu no que às habilitações diz respeito. Que motivações levam estes adultos a (re)ingressarem nos trajectos da educação/qualificação, o que os move e para onde os levam as certificações alcançadas? Pretendemos analisar se existem transformações significativas na vida dos aprendentes, como por exemplo, se existe transição desemprego-emprego, progressão na carreira e/ou aumento de salários.

Por outro lado parece fazer sentido analisar a percepção da sociedade portuguesa sobre este regresso dos indivíduos pouco escolarizados aos diversos dispositivos de educação/formação, bem como o que a comunicação social noticia sobre esta "revolução silenciosa" que se traduz no número de adultos envolvidos em processos de aumento de habilitações a nível escolar e/ou profissional.

Num país com diversos fracassos a nível das apostas na Educação e Formação de Adultos parece pertinente uma análise rigorosa daquelas que são as consequências e impactos, no indivíduo e na sociedade, da participação em massa dos indivíduos sub-escolarizados nas iniciativas actuais de Educação e Formação de Adultos vigentes no nosso país.

Parece ser uma realidade que os aprendentes quando saem dos seus processos de qualificação, sentem a vontade de continuar, experienciando a certificação não como um ponto de chegada, mas como um ponto de partida. No entanto surge a questão, estará o sistema de educação/formação preparado para receber estes recém-certificados, não deixando esmorecer a sua vontade de continuar a aprender e potencializando a sua capacidade de aprender a aprender?

Parecem escassos os estudos sobre as temáticas de

*Técnica de Diagnóstico e Encaminhamento do Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte (CICCOPN). Centro de Desenvolvimento Vocacional e Aprendizagem ao Longo da Vida da FPCEUP.

** Centro de Desenvolvimento Vocacional e Aprendizagem ao Longo da Vida da FPCEUP.

análise da confiabilidade e da confiança, propriamente dita, da EFA em Portugal, pelo que a sua realização poderá surgir como resposta à necessidade de compreensão aprofundada das condições e processos, psicológicos e sociais, no seio dos quais aquele pilar se desenvolve ou se encontra sob ameaça e suspeita.

Actualmente as sociedades são consideradas de risco, segundo Giddens (1992) o risco surge de modo endémico nas sociedades contemporâneas, não se manifestando exclusivamente como algo exterior à vida dos indivíduos, o risco é vivido em relação com a segurança ontológica. Com Beck (1992) emergiu o conceito de sociedade de risco que se cruza directamente com o de globalização. O conceito de risco está directamente relacionado com o conceito de modernidade reflexiva.

Em simultâneo com a ambiguidade que envolve a vida colectiva, dá-se o que Bauman (2007) designa por fim da clareza, uma vez que as clivagens a nível estrutural com que tendem a surgir o mundo sócio-político perdem, em grande parte, a sua pertinência, dificultando desta forma as possíveis estratégias. Adoptam-se medidas de autoprotecção, indicadoras da quebra de confiança nas instituições e de diminuição da margem de liberdade, aumentando conseqüente a vitimização.

Efectivamente uma grande diversidade de circunstâncias afecta o sentimento de confiança dos indivíduos, na modernidade tanto a confiança objectiva como a subjectiva na sua relação directa ou inversa potenciam ou diluem o espectro de risco. Ao contrário do que acontece nas sociedades contemporâneas, havia outrora estruturas de confiança solidamente constituídas. Deste modo questionamo-nos sobre a percepção de confiança dos diferentes stakeholders nos dispositivos de Educação e Formação de Adultos, e se a sociedade portuguesa reconhece credibilidade à certificação das competências adquiridas ao longo da vida.

Estas questões remetem-nos para os baixos níveis de confiança nas sociedades de hoje, tendencialmente globalizadas. Segundo Tönnies (1947) partilham-se cada vez menos valores comuns, crescendo a competitividade e conseqüentemente ocorrendo uma diminuição da confiança nos outros, existe um declínio nos processos de construção social da confiança. As culturas, assim como os indivíduos, acreditam que possuem uma mais valia específica, contudo essa mais valia e dignidade precisam de ser reconhecidas pelos outros. O reconhecimento é essencial à existência das comunidades e das culturas. Os indivíduos procuram o reconhecimento e quanto menos confiança existe, menos se é reconhecido pelo outro.

De acordo com Fukuyama (1996) a confiança emerge da prática de comportamentos de valor, estando a confiança na base da comunidade, revelam-se empreendedoras e em contínuo desenvolvimento as sociedades que possuem elevados graus de confiança. São estas que promovem a descentralização e favorecem o desenvolvimento integrado e extensivo a todos os ambientes, assim como a multiplicação e o fortalecimento dos grupos e das associações.

Uma vez que, o sucesso das políticas de educação-formação dependem determinadamente do modo como a nível comunitário se interpretam as orientações políticas, se criam condições de autonomia, iniciativa, empoderamento para o assumir de responsabilidades e recursos de acção e de transformação, parece tornar-se relevante a opinião dos stakeholders (Coimbra, 2006). Assim, parece fazer sentido que todos os stakeholders, partes integrantes e interessadas, na legitimação social do Processo de RVCC devam ser "escutados". Efectivamente, esta adesão de mais de um milhão de portugueses à Iniciativa Novas Oportunidades parece constituir-se como uma revolução no que concerne ao regresso de adultos pouco escolarizados ao sistema de educação/formação. Qual a percepção deste "regresso" por parte dos parceiros sociais? Por outro lado, o que dizem os media sobre este fenómeno? De certa forma parece existir uma ruidosa omissão por parte da comunicação social acerca desta situação.

No constructo confiança, para além da sua habitualmente reconhecida referência ontogenética, há que considerar dimensões sociais, culturais e políticas da construção da confiança versus desconfiança no mundo e em aspectos particulares deste, que determinam desiguais investimentos individuais e colectivos no que é susceptível de ser percebido, sentido e agido como mais ou menos confiável. Em geral, não será abusivo propor que as culturas humanas são expressão de confiança, quando facilitam e simplificam, e de desconfiança na medida em que complexifiquem desnecessariamente as relações humanas e a vida social. O mais expressivo exemplo deste último caso é, nas nossas sociedades, indubitavelmente, o da burocracia. Confiança (básica) e segurança (nas relações com os outros) convergem, assim, para criar condições de maior ou menor viabilidade de inovações sociais, como é o caso da institucionalização do sistema de RVCC no nosso País.

Efectivamente, vivemos em sociedades de desconfiança, associada à radical individualização, como modo hegemónico de socialização, e à desigual distribuição social da segurança, ao alastramento da incerteza e à onnipresença de dispositivos de controle: explícitos como ocorre na hipervigilância tecnologicamente suportada, e menos tangíveis, como os que fazem uso de poderoso 'aparelhos' de capturação e manipulação do desejo (e.g., publicidade) e de standardização de comportamentos. Há quem as qualifique como sociedades de risco (Beck, 1992), de extremada competição, em que existe um ganhar e um perder, sociedades nas quais a vida em comum (deficit comunitário) é um jogo cujo resultado é nulo ou até negativo ("se tu ganhas eu perco"); sociedades propícias à emergência de formas

atípicas, por vezes explosivas, de agressividade e da vigilância mútua (Peyrefitte, 2000).

De facto, as políticas de incerteza podem levar à desconfiança, gerando uma díade incerteza-desconfiança. Por sua vez, parece fazer sentido que a segurança gere confiança e esta por sua vez leve à segurança. (Marris, 1996).

A política educacional de adultos em Portugal tem-se revestido de repetidos insucessos no que ao aumento de escolarização diz respeito. A evolução da EFA em Portugal, designadamente a partir da década de 80 não pode ser dissociada da adesão de Portugal, à então, Comunidade Económica Europeia, através de fundos comunitários foram diversos os incentivos da formação, incluindo formação profissional, à população portuguesa. Na década de 90 as políticas e iniciativas no campo da Educação e Formação de Adultos (EFA) em Portugal traduzem a consciencialização de que a população adulta portuguesa possui baixos níveis de certificação escolar e profissional. Tornou-se então fundamental dar oportunidade aos adultos pouco escolarizados, em especial aos activos empregados e desempregados de serem valorizadas as competências que foram adquiridas em contextos não-formais e informais, emergindo um novo paradigma de aprendizagem ao longo da vida que valoriza e enfatiza as aprendizagens resultantes dos percursos pessoal, profissional e social, sendo igualmente fundamental apoiar estes adultos a (re) desenhar os seus percursos de desenvolvimento pessoal e profissional e, portanto os seus projectos vocacionais.

A criação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), assumiu o objectivo de dinamizar uma oferta integrada de educação e formação destinada a adultos que contribuisse para a redução do défice de qualificações. É então criada uma rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC's) a partir da qual se promove o Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, concebido e organizado pela ANEFA, e complementar em relação aos sistemas de educação e de formação de adultos já existentes.

Uma nova orgânica do Ministério da Educação veio extinguir a ANEFA, sucedendo-lhe a Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV) surgindo em 2006 a Iniciativa Novas Oportunidades que estabelece como prioritário a elevação dos níveis de formação e qualificação da população activa portuguesa. Esta iniciativa é classificada como um pilar fundamental para as políticas de educação, emprego e formação profissional.

No ano de 2006, foi aprovado o Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos - Nível Secundário, de modo a permitir assegurar o desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências deste nível de educação.

No contexto das orientações políticas e dos objectivos entretanto definidos, foi criada a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), sob tutela conjunta do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e do Ministério da Educação, com a missão de coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências (Mendonça & Carneiro, 2009).

De acordo com dados, de Abril de 2010, da referida Agência verifica-se que aproximadamente um milhão e duzentos mil portugueses aderiram à Iniciativa Novas Oportunidades - Eixo Adultos. Recorde-se que se tratam então de indivíduos sub-escolarizados ou com baixas qualificações profissionais que através desta iniciativa expectam, através da modalidade de qualificação mais adequada ao seu perfil, ver aumentadas as suas qualificações escolares e/ou profissionais.

Emerge a questão do porquê desta enorme adesão da população portuguesa não se traduzir em informação nos órgãos de comunicação social do nosso país. Esta ruidosa omissão não parece fazer sentido, na medida em que serão estes opinion makers que poderão auxiliar na promoção da discussão sobre o impacto que esta adesão pode assumir no indivíduo e na sociedade.

Efectivamente urge estudos sobre esta questão inerente a esta massiva adesão à EFA em Portugal. Independentemente de questões políticas torna-se fundamental fazer reflectir a sociedade portuguesa sobre o porquê de um milhão e duzentos mil portugueses terem regressado aos seus percursos escolares/formativos/qualificantes.

A prioridade de superar o défice de qualificações da população portuguesa, tentando fazer face àquela que é uma das maiores debilidades do nosso capital humano, não deve ser um esforço unilateral, mas sim deverá ter em consideração o envolvimento e participação de todos os parceiros sociais. Se os stakeholders não se envolvem de forma activa na tarefa da formação e do seu reconhecimento, torna-se claro que a qualidade dos resultados atingidos, incluindo a empregabilidade estão ameaçados (Coimbra, 2006).

O reconhecimento da certificação das aprendizagens informais e não-formais deve igualmente traduzir-se numa dimensão comunitária na medida em que será através da comunidade que esta percepção de confiança poderá alargar-se à sociedade em geral.

Não chega o anúncio de tomada de decisão política, é preciso mobilizar toda a sociedade portuguesa. Torna-se necessário um significado forte que passe para a sociedade, que mobilize todos os actores sociais significativos no sentido de promover a qualificação dos portugueses (Coimbra, 2006).

Por outro lado, é relevante reflectir sobre a anseia de tornarmos as certificações obtidas no Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, como resposta essencial ao factor desemprego. Parece acreditar-se que o aumento de qualificações, por si só, pode tornar-se como factor decisivo na transição desempregado-empregado. Contudo esta parece ser uma expectativa que, efectivamente poderá não se conseguir concretizar, uma vez que é conhecido que os factores de desemprego conseguem assumir complexidades muito maiores do que apenas a sub-qualificação. Parece-nos então importante salientar a enorme relevância que assume este processo no investimento em aprendizagens formais, parece ser uma realidade que os aprendentes quando saem dos seus processos de qualificação, como é o caso do Processo de RVCC, sentem a vontade de continuar para novos percursos qualificantes. Contudo em que medida está o sistema de educação/ formação preparado para integrar estes adultos com vontade de continuar a aprender?

Em que medida os sistemas são capazes de promover a preconizada flexibilização e personalização, enquanto continuarem a adoptar uma cultura de massificação (ex: estratégias "massificadas" de ensino-aprendizagem), que não têm em linha de conta a singularidade de cada pessoa; estas duas racionalidades, que se encontram ao nível do discurso (individualização, personalização) e das práticas (uniformização, massificação) parecem-nos contraditórias e mesmo paradoxais? De que forma a lógica centrada no indivíduo que exige um forte investimento institucional no sentido de lhe facultar a apropriação dos meios que lhe permitem desenvolver uma estratégia formativa, assente na expressão das suas potencialidades e na construção de um projecto, com base em informações pertinentes e relevantes sobre si próprio, sobre o meio educativo e profissional se encontra preparada para esta nova realidade (Pires, 2006).

Se porventura tivermos em linha de conta todas estas variáveis, talvez consigamos potenciar a percepção de confiança e aumentar a realidade de reconhecimento que a sociedade portuguesa possui sobre o dispositivo de reconhecimento, validação e certificação de competências.

As certificações obtidas através da Iniciativa Novas Oportunidades podem realmente conseguir dar resposta de forma efectiva ao deficit de qualificações da população portuguesa? E como se traduz essa mesma resposta no mercado de trabalho? Não devemos esquecer o papel fundamental dos empregadores, urge questionarmo-nos sobre a opinião das entidades empregadoras sobre este sistema de qualificação e de que forma pensam estes actores que este dispositivo contribui para o empowerment das suas empresas. Sem deixar de lado, a questão de que forma as certificações obtidas podem efectivamente contribuir para a melhoria da situação económica do país, de acordo com as expectativas presentes no discurso político.

Por outro lado, não devemos esquecer a procura da sociedade portuguesa em obter respostas quanto ao rigor e credibilidade do dispositivo de reconhecimento, validação e certificação de competências, de modo a que se dissipe o potencial clima de desconfiança existente urge a necessidade de realização e publicação de projectos de investigação que consigam dar resposta a estas questões cada vez mais presentes na sociedade portuguesa e que se revestem de enorme pertinência.

Referências bibliográficas

- Bauman, Z. (2007). *Vida Líquida* Rio de Janeiro: Zahar.
- Beck, U. (1992). *Risk society: Towards a new modernity*. London: Sages
- Coimbra, Joaquim Luís (2006). *Novas Oportunidades na educopólis: Ensaio para uma política de aprendizagem ao longo da vida*. Comunicação apresentada no Seminário: "Políticas de Educação/ Formação: Estratégias e Práticas". Documento policopiado
- Fukuyama, F. (1996). *Confiança, Valores Sociais e Criação de Prosperidade*. Lisboa: Gradiva
- Giddens, A. (1992) *As consequências da Modernidade*. Lisboa: Celta Editora
- Marris, Peter (1996). *The Politics of Uncertainty* Routledge: London.
- Mendonça, Maria Amélia & Carneiro, Maria Ana (2009). *Análise da Iniciativa Novas Oportunidades como acção de política pública educativa – Caderno Temático 1. Iniciativa Novas Oportunidades, Primeiros Estudos da Avaliação Externa*. Lisboa
- Peyrefitte, Alain (2000). *A Sociedade da Confiança*. Rio de Janeiro: Topbooks
- Pires, Ana Luísa Oliveira (2007). *Reconhecimento e Validação das Aprendizagens Experienciais. Uma problemática educativa. Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 2, pp. 5-20.
- Tonnies, F. (1947). *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires: Losada